



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 – CN, PARA INVESTIGAR O MECANISMO BILIONÁRIO DE FRAUDES IDENTIFICADO NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), ENVOLVENDO DESCONTOS IRREGULARES EM BENEFÍCIOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS.

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja convocado a **prestar depoimento** perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, **o Senhor José Carlos de Oliveira.**

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento, **o Senhor José Carlos de Oliveira, ex-presidente do INSS e ex-Ministro do Trabalho e Previdência do governo Bolsonaro.**

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar **07/2025 – CN, para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no instituto nacional do seguro social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas "**.

José Carlos de Oliveira, servidor de carreira do INSS, ocupou cargos estratégicos no INSS e no governo federal entre 2021 e 2022. Sua trajetória foi marcada por ascensão rápida: de Diretor de Benefícios em maio de 2021, passou à presidência do INSS em novembro do mesmo ano e, em março de 2022, assumiu o Ministério do Trabalho e Previdência no governo de Jair Bolsonaro.

Durante esse período, decisões administrativas sob sua gestão tiveram impacto direto no ambiente que favoreceu a eclosão de um dos maiores escândalos já registrados na Previdência Social: o esquema de descontos fraudulentos em benefícios de aposentados e pensionistas.





CONGRESSO NACIONAL

Um ponto central foi a revogação da exigência de revalidação periódica das autorizações para descontos associativos, regra criada em 2019 justamente para coibir abusos. A mudança, avalizada por José Carlos Oliveira em 2022, permitiu que entidades de fachada realizassem cobranças indefinidas, sem necessidade de renovação periódica do consentimento dos beneficiários. Essa brecha foi determinante para a escalada das fraudes, que se multiplicaram nos anos seguintes.

Além disso, Oliveira assinou acordos que beneficiaram entidades agora investigadas pela Polícia Federal. Um caso emblemático é o da Ambec (Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos), que passou de apenas três filiados a mais de 600 mil em menos de dois anos, movimentando milhões de reais em descontos suspeitos. Outro episódio grave foi a reabilitação da Anapps, posteriormente rebatizada de Abrapps, que já havia sido barrada por indícios de fraude, mas recebeu aval de sua gestão para retomar os descontos em folha, mesmo com alertas técnicos contrários.

A convocação de José Carlos Oliveira para prestar esclarecimentos é fundamental para esclarecer a cadeia de decisões administrativas que fragilizaram o sistema de proteção contra fraudes no INSS e compreender os mecanismos de fiscalização interna que falharam ou foram ignorados em sua gestão.

Desta forma, revela-se de grande relevância, para as investigações empreendidas pela CPMI, a convocação para depoimento nos termos acima expostos, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento e indicação de designação de data para a referida oitiva.

Sala da Comissão, de agosto de 2025.

